

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PB
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA – PB

CONCURSO PÚBLICO
NÍVEL MÉDIO

CARGO: 301 – ASSISTENTE DE SUPORTE DE PREVIDÊNCIA
TIPO A

Frase: "**Assuma o risco e descubra novas conquistas.**"

(Transcrever a frase acima para o cartão de respostas)



SUA PROVA

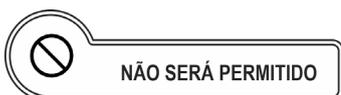
O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **50 (cinquenta)** questões objetivas; e
- Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas.



TEMPO

- **04h (quatro horas)** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **Cartão de Respostas** da prova objetiva.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo IDECAN;
- usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o **CARGO** deste caderno de prova coincide com o registrado no rodapé de cada página e com o cargo para o qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **Cartão de Respostas**.
- Identifique no **Cartão de Respostas** o **TIPO** de caderno de prova. A não identificação no **Cartão de Respostas**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **Cartão de Respostas** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **Cartão de Respostas**, sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento do **Cartão de Respostas** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **Caderno de Prova** e no **Cartão de Respostas**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **Caderno de Prova** e o **Cartão de Respostas** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os Cadernos de Prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 2.

POR QUE SE VIVE MAIS FORA DA PERIFERIA

Para viver por mais tempo, um cidadão precisa ter acesso garantido a uma série de direitos básicos – principalmente à renda, como lista Alessandra Benevides, Coordenadora do Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP) do *campus* da Universidade Federal do Ceará (UFC) em Sobral.

A pesquisadora destaca que "são múltiplos os fatores que ligam a renda com viver mais". "Com mais renda, você pode escolher alimentos mais saudáveis, ter uma boa nutrição. Morar em bairros com melhor saneamento básico e, automaticamente, ter menor risco de doenças", inicia.

"Maior renda está associada também a maior educação. Com isso, a pessoa cuida mais da saúde. Isso também é um mecanismo que liga maior riqueza a maior expectativa de vida", complementa Alessandra.

A Coordenadora do LEP aponta ainda que questões de infraestrutura e segurança dos bairros interferem no estilo de vida e, portanto, influenciam no indicador. "Além do saneamento, bairros mais ricos têm espaços públicos, praças em que a pessoa pode fazer atividade física sem ter que desviar de buraco, com risco menor à segurança", observa.

"Todos esses aspectos bem tangíveis e objetivos, como você ter um cano de esgoto para sua residência, que é o saneamento; como as coisas mais intangíveis, como fortalecimento de habilidades socioemocionais e cognitivas, levam a uma redução da desigualdade social e te levam a viver mais, em geral", resume.

Élcio Batista, vice-prefeito de Fortaleza e superintendente do Iplanfor, reconhece que o mapeamento "expressa que essa cidade é desigual", e endossa que a diferença de tempo médio de vida entre bairros mais ricos e mais pobres da cidade "tem uma multiplicidade de fatores", como: infraestrutura urbana; acesso a saneamento básico e água potável; alimentação; atividades econômicas do bairro; acesso ao sistema de saúde e a consultas frequentes; violência.

É para a violência urbana, aliás, que as áreas mais pobres de Fortaleza perdem mais gente, como analisa Luiz Fábio Paiva, sociólogo e pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV) da UFC – sendo, então, importante causa de diminuição da longevidade da população nas periferias.

"Uma estratégia dos grupos é o controle territorial, para, a partir dele, conseguir desenvolver esquemas de armazenamento, comércio e ganhos financeiros. E acontecem preferencialmente nas periferias", assinala. Nas violentas disputas territoriais, então, "sobra" para as periferias. "Quando se fazem acertos de contas,

disputas, quando se planeja chacinas, os territórios das periferias são os alvos. Essa mortandade afeta a população como um todo, e isso aparece nos dados de longevidade das cidades", frisa.

Élcio também observa que "nos bairros de maior vulnerabilidade, o índice de homicídios maior de pessoas mais jovens puxa a expectativa de vida pra baixo". O gestor elenca, porém, o direito à saúde como um dos maiores desafios para equiparar as condições de vida da população nas distintas regiões de Fortaleza.

"Fortalecer a atenção primária é uma das principais ações, de forma integrada com o esporte e o lazer. Trabalhar o acesso à saúde com consultas e exames e não trabalhar a atividade física, o lazer das pessoas, para enfrentar os problemas de saúde mental; não se consegue enfrentar o problema", analisa Élcio, que também é cientista social.

Realidade cortante em Fortaleza, a pobreza que passa entre gerações contribui diretamente para abreviar o tempo de vida nas periferias. Alessandra, do LEP/UFC, define o cenário como "armadilha da pobreza". "É isso: os avós eram pobres, não conseguiram estudar, sempre trabalharam; a mãe criou sozinha, é pobre como os avós; a pessoa foi criada no mesmo contexto, e essa é a armadilha. Acontece quando não há investimentos suficientes para romper esse círculo vicioso", lamenta.

Embora a desigualdade social englobe aspectos como renda, saúde, acesso a serviços públicos, à Justiça e à educação, é neste último onde reside o maior potencial de rompimento do ciclo da pobreza, como frisa a pesquisadora.

"Educação é um começo para que você saia dessa armadilha da pobreza, porque interfere na renda. Às vezes, quando você consegue mudar de casa, de bairro, você consegue romper esse ciclo. Às vezes você está num bairro perigoso e não quer criar seus filhos lá", ilustra. (...)

Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br>

Questão 01

Dentre os muitos fatores que têm relação com a maior ou a menor expectativa de vida das pessoas, destaca-se, entre eles, um que pode transformar concretamente a realidade dos indivíduos, principalmente dos menos favorecidos, que se trata do (a)

- (A) alimentação adequada e balanceada, rica em calorias e fibras.
- (B) educação para ampliar o conhecimento e permitir melhores empregos e remunerações mais altas.
- (C) acesso ao saneamento básico para diminuir os problemas básicos de saúde.
- (D) combate severo à violência nas periferias para reduzir o número de jovens assassinados e, assim, aumentar a expectativa de vida.
- (E) trabalho cada vez mais cedo para desde pequenas as crianças terem condições melhores de sobrevivência.

Questão 02

De acordo com Alessandra Benevides, Coordenadora do Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP) do *campus* da Universidade Federal do Ceará (UFC) em Sobral, a **armadilha da pobreza** se caracteriza pela

- (A) perpetuação da pobreza em muitas gerações da mesma família.
- (B) falta de acesso a tratamentos de saúde e a ações preventivas.
- (C) falta de acesso a moradias dignas, com saneamento básico e segurança.
- (D) descrença no futuro e pela falta de perspectiva em superar as dificuldades da vida.
- (E) baixa remuneração do trabalhador brasileiro.

Questão 03

A partícula "que" pode exercer diferentes funções gramaticais dentro das orações. No trecho "A pesquisadora destaca **que**¹ "são múltiplos os fatores **que**² ligam a renda com viver mais", ela aparece duas vezes, exercendo, respectivamente, a(s) função (ões) de

- (A) 1. Conjunção explicativa/ 2. Conjunção integrante.
- (B) 1. Pronome relativo/ 2. Conjunção explicativa.
- (C) 1. Conjunção explicativa/ 2. Pronome relativo.
- (D) 1. Conjunção integrante/ 2. Pronome relativo.
- (E) 1. Conjunção integrante/ 2. Pronome indefinido.

Questão 04

Ao observar o uso do advérbio "aliás" no período "É para a violência urbana, **aliás**, que as áreas mais pobres de Fortaleza perdem mais gente, ...", identifique o item em que a expressão destacada pode substituí-lo, respeitando o sentido.

- (A) "É para a violência urbana, **de outro modo**, que as áreas mais pobres de Fortaleza perdem mais gente..."
- (B) "É para a violência urbana, **seja dito de passagem**, que as áreas mais pobres de Fortaleza perdem mais gente..."
- (C) "É para a violência urbana, **dessa forma**, que as áreas mais pobres de Fortaleza perdem mais gente, ..."
- (D) "É para a violência urbana, **ou seja**, que as áreas mais pobres de Fortaleza perdem mais gente..."
- (E) "É para a violência urbana, **além disso**, que as áreas mais pobres de Fortaleza perdem mais gente..."

Questão 05

"Essa mortandade afeta a população como um todo...". Ao reescrever a oração em destaque, passando-a para a voz passiva, sua construção ficaria da seguinte forma, realizando a correlação dos tempos verbais

- (A) A população como um todo é afetada pela mortandade.
- (B) Essa mortandade afeta-se a população como um todo.
- (C) Afeta-se a população como um todo com a mortandade.
- (D) Como um todo, essa mortandade afeta a população.
- (E) A população como um todo foi afetada pela mortandade.

Questão 06

"**Maior** renda está associada também a **maior** educação". O emprego do adjetivo "**maior**" na oração em destaque está estabelecendo entre os termos uma relação de

- (A) contrariedade.
- (B) conformidade.
- (C) proporcionalidade.
- (D) finalidade.
- (E) causalidade.

Questão 07

A colocação pronominal é a posição do pronome oblíquo em relação ao verbo. Na língua portuguesa, o pronome pode vir antes, depois ou no meio do verbo. No exemplo "Quando **se** fazem acordos de contas, disputas, quando se planeja chacinhas, os territórios das periferias são os alvos", o pronome "se" ocupa a posição proclítica devido a uma palavra atrativa específica. Ciente disso, aponte a alternativa que contém um exemplo de próclise que ocorreu exatamente pelo mesmo motivo da situação destacada.

- (A) Todos os convidados que **se** fizeram presentes na festa eram amigos bem próximos do casal.
- (B) Naquela época ninguém entendia, mas talvez hoje **se** percebesse que aquela decisão do João foi a mais acertada.
- (C) Nada **se** passou naquele hospital sem que o diretor soubesse o que estava realmente acontecendo.
- (D) Embora **se** soubesse o verdadeiro motivo do falecimento, os familiares preferiram não comentar o ocorrido.
- (E) Os policiais **se** viram encurralados quando entraram naquela área perigosa da cidade.

Questão 08

A linguagem está no sentido conotativo quando ela é utilizada em seu sentido figurado, ou seja, aquele cujas palavras, expressões ou enunciados ganham um novo significado em situações e contextos particulares de uso. Dentre os trechos a seguir, aponte aquele que apresenta uma palavra empregada no sentido figurado.

- (A) "Fortalecer a atenção primária é uma das principais ações, de forma integrada com o esporte e o lazer."
- (B) "Realidade cortante em Fortaleza, a pobreza que passa entre gerações contribui diretamente para abreviar o tempo de vida nas periferias."
- (C) "Essa mortandade afeta a população como um todo, e isso aparece nos dados de longevidade das cidades", frisa.
- (D) Élcio Batista, vice-prefeito de Fortaleza e superintendente do Iplanfor, reconhece que o mapeamento "expressa que essa cidade é desigual."
- (E) "Para viver por mais tempo, um cidadão precisa ter acesso garantido a uma série de direitos básicos – principalmente à renda", como lista Alessandra Benevides, Coordenadora do Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP).

Questão 09

Crase é um fenômeno linguístico em que ocorre a contração da preposição "a" com o artigo definido "a(s)". Normalmente a preposição é exigida por um verbo ou por um nome. Sendo assim, ao analisar a ocorrência da crase no trecho "*O gestor elenca, porém, o direito à saúde como um dos maiores desafios para equiparar as condições de vida da população nas distintas regiões de Fortaleza*", assinale a alternativa que apresenta a crase pelo mesmo motivo que justifica o uso do sinal grave no exemplo citado.

- (A) Cláudia saiu às pressas de casa após o incidente com o gás.
- (B) Os atletas mostraram dedicação às olimpíadas em Paris 2024.
- (C) À tarde, iremos ao consultório médico para ver essa alergia.
- (D) Os alunos dedicaram o prêmio à professora de Português.
- (E) Não devemos obediência à essas normas coletivas para melhor convivência.

Questão 10

"Uma estratégia dos grupos é o controle territorial, para, a partir dele, conseguir desenvolver esquemas de armazenamento, comércio e ganhos financeiros. E acontecem preferencialmente nas periferias"¹, assinala. Nas violentas disputas territoriais, então, "sobra"² para as periferias. No trecho selecionado, as aspas foram usadas em dois momentos distintos, com o objetivo de

- (A) 1. Indicar a fala do entrevistado; 2. Indicar o uso de um neologismo.
- (B) 1. Abrir e fechar citações; 2. Indicar o sentido figurado de uma palavra.
- (C) 1. Indicar o sentido irônico da fala registrada; 2. Indicar a mudança de categoria gramatical da palavra.
- (D) 1. Destacar a fala de personagens; 2. Reforçar o sentido denotativo de uma palavra.
- (E) 1. Destacar um argumento relevante; 2. Representar uma ironia de uma palavra.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS AO CARGO

Questão 11

Com base no que determina a legislação vigente, no que tange aos dispositivos aplicáveis ao servidor público no exercício de mandato eletivo, analise as afirmativas abaixo e identifique a correta.

- (A) Em todos os casos de afastamento para exercício de mandato eletivo, o tempo de serviço do servidor público será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- (B) Um servidor público investido em mandato de Prefeito deve ser afastado de seu cargo, emprego ou função, podendo, entretanto, escolher entre a remuneração do mandato eletivo e a de seu cargo anterior, sendo esta última acumulada automaticamente se não houver escolha.
- (C) Se um servidor público for eleito para um mandato eletivo estadual, ele poderá permanecer em seu cargo, emprego ou função, desde que haja compatibilidade de horários, e ainda optar pela remuneração de seu cargo anterior.
- (D) Um servidor público segurado de regime próprio de previdência social, ao ser investido em mandato eletivo, permanecerá filiado a esse regime no ente federativo de origem, independentemente do tipo de mandato que exerça.
- (E) O servidor investido em mandato de Vereador, independente da compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, além da remuneração do cargo eletivo, sem qualquer prejuízo.

Questão 12

O Senado Federal desempenha um papel de alta relevância na estrutura legislativa do Brasil, atuando como um órgão de representação dos estados e do Distrito Federal e assegurando a estabilidade e a integridade do sistema político brasileiro, promovendo a democracia e o estado de direito. Dentre as competências privativas do Senado Federal está

- (A) aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato, mediante proposta do Presidente da República.
- (B) autorizar a instauração de processo e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes comuns, bem como os Ministros de Estado nos crimes da mesma natureza em conexos com aqueles.
- (C) processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade, sob a presidência do Procurador-Geral da República.
- (D) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Governadores de Estado e do Distrito Federal, assim como os comandantes das Forças Armadas.
- (E) dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal.

Questão 13

O Presidente da República desempenha um papel fundamental no Poder Executivo, sendo o chefe de Estado e de Governo, responsável pela administração e direção superior do país. A respeito das atribuições do Presidente da República, assinale a alternativa correta que descreve uma de suas funções privativas.

- (A) Celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sem necessidade de referendo do Congresso Nacional, além de enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual e as propostas de orçamento.
- (B) Iniciar o processo legislativo, vetar projetos de lei total ou parcialmente, e dispor, mediante decreto, sobre a criação de novos órgãos públicos.
- (C) Exercer o comando supremo das Forças Armadas, decretar o estado de defesa e o estado de sítio, e manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos.
- (D) Nomear os ministros do Supremo Tribunal Federal e os Governadores de Estado, após aprovação pelo Senado Federal, além de sancionar, promulgar e fazer publicar as leis.
- (E) Conceder indulto e comutar penas, nomear os membros do Conselho Nacional de Justiça, e declarar guerra no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele.

Questão 14

A Lei Complementar 101/2000 que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo na Constituição Federal/88, define vários conceitos e obrigações para os entes da Federação. Considerando as disposições dessa lei, assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade na gestão fiscal, conforme descrito na lei, exige uma ação planejada e transparente que inclua a previsão de riscos e a correção de desvios que possam afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados apenas entre receitas e despesas da seguridade social, não abrangendo outras áreas financeiras como a dívida mobiliária e operações de crédito.
- (B) A receita corrente líquida, de acordo com a Lei Complementar, é calculada pelo somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidos certos valores transferidos, como as parcelas entregues aos Municípios pelos Estados por determinação constitucional e a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social.
- (C) As disposições da Lei Complementar 101/2000 são obrigatórias somente para a União e os Estados, excluindo o Distrito Federal e os Municípios, uma vez que estes últimos possuem autonomia para gerenciar suas finanças públicas de acordo com suas próprias legislações.
- (D) A definição de empresa estatal dependente, conforme a Lei Complementar, refere-se a qualquer empresa controlada pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios que receba recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral, excluídos apenas os recursos provenientes de operações de crédito.
- (E) Na definição de "ente da Federação" incluída na Lei Complementar, são considerados a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município, sendo que as referências aos Tribunais de Contas abrangem somente o Tribunal de Contas da União e os Tribunais de Contas dos Estados, excluindo quaisquer Tribunais de Contas dos Municípios.

Questão 15

Em regra, a base de cálculo das contribuições previdenciárias corresponde à remuneração do prestador de serviços, ou seja, o campo de incidência desses tributos engloba os pagamentos realizados em contraprestação à atividade desenvolvida pelo trabalhador. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta quanto ao que estabelece a Portaria MTP nº 1.467/2022.

- (A) Para o segurado que ingressar no serviço público em cargo efetivo após a vigência do Regime de Previdência Complementar, a base de cálculo das contribuições deve observar o limite máximo estabelecido para os benefícios do RPPS, conforme definido na Constituição Federal.
- (B) A contribuição incidente sobre o décimo terceiro salário, gratificação natalina ou abono anual é calculada sobre o valor líquido dessas verbas, considerando os adiantamentos pagos, e aplica-se a alíquota vigente na competência do pagamento.
- (C) A base de cálculo das contribuições devidas ao RPPS inclui o vencimento do cargo efetivo, adicionais de caráter individual e remunerações temporárias, como abono de permanência, terço de férias, serviços extraordinários, adicional noturno e adicional de insalubridade, desde que previstas em lei do ente federativo.
- (D) A base de cálculo das contribuições dos segurados não pode ser inferior ao salário mínimo, mesmo em caso de redução de carga horária, e deve considerar a remuneração total sem os descontos de faltas ou outras ocorrências, incluindo parcelas temporárias de remuneração.
- (E) As contribuições dos beneficiários são calculadas sobre a parcela dos proventos de aposentadoria e pensões por morte que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, sendo que a contribuição incide sobre o valor total do benefício antes de sua divisão em cotas e é ajustada mensalmente conforme alterações das bases de cálculo.

Questão 16

A administração pública direta, autárquica e fundacional deve seguir uma série de regras e limites. Com base na legislação vigente que trata da seguridade social, analise as alternativas a seguir e escolha a correta.

- (A) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público poderão ser computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores, visando assegurar uma progressão salarial justa e compensadora ao longo da carreira.
- (B) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, desde que devidamente justificados por lei complementar específica, que detalhe a necessidade de tais vencimentos para garantir a eficiência do serviço público.
- (C) A qualquer servidor público é permitido acumular mais de dois cargos públicos, desde que haja compatibilidade de horários e desde que as funções sejam técnicas ou científicas, ou de profissionais de saúde com profissões regulamentadas.
- (D) A remuneração dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração pública, incluindo as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, pode exceder o subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, desde que justificada pela complexidade das funções.
- (E) A acumulação remunerada de cargos públicos é vedada, exceto em casos específicos como a de dois cargos de professor, um cargo de professor com outro técnico ou científico, e dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas, desde que haja compatibilidade de horários.

Questão 17

A Constituição Federal/88 estabelece critérios quanto a elaboração e a gestão do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais. Considerando os critérios estabelecidos pela carta magna, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- (A) A lei orçamentária anual poderá incluir dispositivos que não se relacionem diretamente à previsão da receita e à fixação da despesa, desde que sejam aprovados pelo Congresso Nacional.
- (B) A administração pública não é obrigada a executar as programações orçamentárias, podendo optar por adiar a entrega de bens e serviços à sociedade conforme sua conveniência e disponibilidade financeira.
- (C) A lei que institui o plano plurianual deve estabelecer diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal apenas para as despesas de capital, excluindo as relativas aos programas de duração continuada.
- (D) A lei de diretrizes orçamentárias, além de orientar a elaboração da lei orçamentária anual, também é responsável por dispor sobre alterações na legislação tributária e estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- (E) Os orçamentos fiscais e de investimento das empresas públicas, ainda que compatibilizados com o plano plurianual, não têm a função de reduzir desigualdades inter-regionais.

Questão 18

Considerando o Decreto nº 10.188/2019, que regulamenta a operacionalização da compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os regimes próprios de previdência social (RPPS) da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assinale a alternativa correta.

- (A) O não pagamento no prazo estabelecido resultará na suspensão do pagamento da compensação financeira devida pelo RGPS, e a inscrição do ente federativo do regime de origem em dívida ativa federal, estadual, distrital ou municipal será imediata, sem possibilidade de regularização prévia.
- (B) A Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia disponibilizará um sistema de compensação previdenciária para adesão do INSS e dos RPPS, sendo que o processamento do requerimento de compensação financeira não depende da celebração de nenhum termo de adesão com a Secretaria ou contrato com a empresa de tecnologia desenvolvedora do sistema.
- (C) Para o pagamento da compensação financeira pelo RGPS, é exigida a comprovação da inexistência de débitos do ente federativo do regime instituidor pelo não recolhimento de contribuições previdenciárias devidas ao RGPS.
- (D) Aplica-se a prescrição quinquenal aos valores não pagos nem reclamados em época própria do surgimento da pretensão, sendo que o prazo prescricional será contado a partir da data de promulgação do decreto, independentemente do regime instituidor ser o RGPS ou o RPPS.
- (E) O sistema de compensação previdenciária disponibilizado pela Secretaria de Previdência conterá o cadastro atualizado de todos os benefícios objeto de compensação financeira entre o RGPS e os RPPS, e destes entre si, devendo os desembolsos pelo regime de origem ser feitos até o último dia útil do mês subsequente ao da competência do benefício.

Questão 19

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) do Brasil, existem diversas hipóteses em que o tratamento de dados pessoais pode ser realizado legalmente. Analisando essas hipóteses, assinale a alternativa correta que descreve uma dessas situações conforme o texto da lei.

- (A) O controlador pode tratar dados pessoais com base no legítimo interesse, sem necessidade de garantir a transparência ou limitar-se aos dados estritamente necessários para a finalidade pretendida.
- (B) O controlador que obteve o consentimento do titular para tratar dados pessoais pode compartilhar esses dados com outros controladores sem necessidade de novo consentimento, desde que informe previamente o titular sobre esse compartilhamento.
- (C) O tratamento de dados pessoais pode ser realizado sem o consentimento do titular, desde que seja para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados ao contrato do qual seja parte o titular, a pedido do controlador dos dados.
- (D) O tratamento de dados pessoais pode ser realizado sem consentimento para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador, desde que as informações sejam anonimizadas para proteger a identidade do titular.
- (E) O tratamento de dados pessoais públicos não precisa considerar a finalidade ou o interesse público que justificaram sua disponibilização, desde que o acesso a esses dados tenha sido originalmente permitido pela legislação vigente.

Questão 20

Considerando as disposições previstas na lei 9796/99 sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os regimes próprios de previdência social dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assinale a alternativa correta.

- (A) A compensação financeira devida pelo RGPS ao regime instituidor será sempre calculada com base no valor do benefício pago pelo regime instituidor, independentemente da renda mensal calculada conforme as normas do RGPS.
- (B) O regime instituidor, ao conceder um benefício com cômputo de tempo de contribuição no âmbito de um regime de origem, deve apresentar a este último as seguintes informações: identificação do segurado e de seu dependente, renda mensal inicial, data de início do benefício e percentual do tempo de serviço total do segurado correspondente ao tempo de contribuição no âmbito do regime de origem.
- (C) O RGPS deve receber compensação financeira dos regimes de origem para cada mês de competência do benefício, calculada pela multiplicação da renda mensal do benefício pelo percentual correspondente ao tempo de contribuição no âmbito do regime de origem.
- (D) Quando o regime próprio de previdência de servidor público não possui personalidade jurídica própria, o RGPS assume todas as obrigações e direitos previstos na lei para o respectivo ente federado.
- (E) A compensação financeira, entre os regimes próprios de previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, segue integralmente as mesmas disposições aplicáveis à compensação entre esses regimes e o RGPS.

Questão 21

Considerando o disposto na Portaria MTP nº 1.467/2022, que disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social (RPPS) dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- (A) Os notários, tabeliães, oficiais de registro, registradores, escreventes e auxiliares não remunerados pelos cofres públicos, apesar de serem segurados obrigatórios do RGPS, também podem se filiar ao RPPS se optarem por isso.
- (B) Os servidores públicos titulares de cargo efetivo, membros da magistratura, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos Tribunais de Contas são segurados obrigatórios do RGPS, sendo a cobertura do RPPS exclusiva apenas para seus dependentes e aposentados.
- (C) A filiação ao RPPS ocorre automaticamente pelo exercício das atribuições do cargo efetivo, e em caso de exercício concomitante de cargo efetivo e cargo em comissão, as contribuições previdenciárias serão recolhidas ao RPPS pelo cargo efetivo e ao RGPS pelo cargo em comissão.
- (D) O agente público ocupante de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, será filiado ao RPPS, independentemente do regime de previdência que estivesse vinculado anteriormente.
- (E) Os aposentados por qualquer regime de previdência que ocupem cargo em comissão, cargo temporário, emprego público ou mandato eletivo, continuam obrigatoriamente filiados ao RPPS, mesmo durante o exercício do cargo ou função.

Questão 22

Considerando as definições contidas na portaria que disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assinale a alternativa correta.

- (A) O termo "equilíbrio financeiro e atuarial" refere-se à garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das despesas projetadas de um RPPS, evidenciando a solvência e a liquidez do plano de benefícios.
- (B) A "unidade gestora" é definida como qualquer entidade pública ou privada que tenha por finalidade a administração dos recursos previdenciários, incluindo a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários de um RPPS.
- (C) O conceito de "ente federativo" abrange apenas a União, os Estados e o Distrito Federal, excluindo os Municípios devido às diferenças nas alíquotas de contribuição e na estrutura administrativa de cada um.
- (D) Os "Beneficiários" são definidos como todos os segurados, tanto os em atividade quanto os aposentados, incluindo pensionistas, que estão amparados pelo RPPS.
- (E) O "RPPS em extinção" refere-se ao regime de previdência de um ente federativo que ainda assegura novos benefícios de aposentadoria e pensão por morte a seus segurados, mas que está em processo de reformulação para atender às novas diretrizes legais.

Questão 23

Em conformidade com a legislação vigente que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e detalha as diretrizes orçamentárias e suas obrigações, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- (A) O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias da União deve apresentar, em anexo específico, os objetivos das políticas monetárias, creditícia e cambial, assim como as metas de inflação, os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis.
- (B) A Lei de Diretrizes Orçamentárias pode dispor sobre a exclusão de quaisquer despesas primárias da apuração da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social, garantindo maior flexibilidade na gestão das contas públicas.
- (C) A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve conter um Anexo de Riscos Fiscais que inclui apenas a avaliação dos passivos contingentes, sem a necessidade de informar as providências a serem tomadas caso esses riscos se concretizem.
- (D) O Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias deve conter uma avaliação da situação financeira e atuarial apenas dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos, não incluindo outros fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial.
- (E) A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve incluir o Anexo de Metas Fiscais, que estabelece metas anuais apenas para receitas e despesas, excluindo a necessidade de especificar o montante da dívida pública e os resultados primário e nominal.

Questão 24

A previdência social no Brasil é organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), de caráter contributivo e de filiação obrigatória, com o objetivo de atender a diversos eventos e situações que podem afetar os trabalhadores. Considerando o que dispõe a Constituição Federal de 1988, analise as seguintes alternativas e assinale a correta.

- (A) A contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social é assegurada para fins de aposentadoria, observada a compensação financeira entre os regimes, conforme critérios estabelecidos em lei.
- (B) A filiação ao regime geral de previdência social como segurado facultativo é permitida para todas as pessoas, inclusive aquelas participantes de regime próprio de previdência, garantindo que todos possam contribuir e obter os benefícios previdenciários independentemente de seu vínculo com outros regimes de previdência.
- (C) Os requisitos e critérios para concessão de benefícios previdenciários podem ser diferenciados por categoria profissional ou ocupação, especialmente para trabalhadores expostos a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, assegurando uma proteção específica para cada profissão de risco.
- (D) A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas tem por base o valor dos proventos do mês de novembro de cada ano, conforme estipulado na legislação vigente, garantindo um acréscimo ao benefício recebido no final do ano.
- (E) A previdência social brasileira é organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, que é facultativo e de filiação opcional, atendendo a critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e abrangendo cobertura de eventos como incapacidade para o trabalho, proteção à maternidade, e pensão por morte do segurado.

Questão 25

Com base no que disciplina a Portaria MTP nº 1.467/2022, analise as seguintes alternativas e assinale a correta sobre a concessão de benefícios e a limitação dos valores dos benefícios com a instituição do Regime de Previdência Complementar (RPC).

- (A) O segurado do RPPS que ingressar no serviço público até a vigência do RPC poderá optar por sujeitar-se ao limite máximo dos benefícios do RGPS, mas não poderá aderir ao RPC, devendo o pagamento de complementação de aposentadorias e pensões por morte ser realizado exclusivamente com recursos previdenciários.
- (B) Aos segurados do RPPS que ingressarem após a vigência do RPC, o valor das aposentadorias e pensões por morte será limitado ao máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, sendo permitido o uso de recursos previdenciários para complementar esses valores através de incentivos.
- (C) A lei de instituição do RPC deverá estabelecer que a alíquota de contribuição máxima devida pelo ente federativo, na condição de patrocinador do plano de benefícios, não poderá exceder a alíquota de contribuição normal do participante, devendo observar um limite mínimo que proporcione taxa de reposição adequada da base de contribuição que ultrapasse o limite máximo dos benefícios do RGPS.
- (D) O RPPS concederá benefícios de aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença e salário-maternidade, sendo que a remuneração dos segurados durante afastamentos legais será paga diretamente pelo ente federativo, exceto em casos de incapacidade temporária para o trabalho e maternidade.
- (E) Os entes federativos deverão instituir o Regime de Previdência Complementar (RPC) para todos os servidores públicos, oferecendo planos de benefícios na modalidade de benefício definido, que poderão ser efetivados por entidades abertas ou fechadas de previdência complementar.

Questão 26

Quanto às normas que regulam a apreciação dos projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais pelo Congresso Nacional, analise as afirmativas abaixo e identifique a correta.

- (A) A comissão mista permanente de Senadores e Deputados é responsável exclusivamente pela análise dos projetos de lei orçamentária anual, excluindo as contas apresentadas pelo Presidente da República e os planos e programas nacionais, regionais e setoriais.
- (B) As emendas ao projeto de lei do orçamento anual podem ser aprovadas independentemente de compatibilidade com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, desde que os recursos necessários sejam provenientes de qualquer fonte disponível.
- (C) A execução das programações orçamentárias oriundas de emendas individuais é facultativa, podendo ser ignorada em casos de impedimentos de ordem técnica, sem necessidade de análise ou verificação por parte dos órgãos de execução.
- (D) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária são aprovadas até o limite de 2% da receita corrente líquida do exercício anterior, sendo que metade desse percentual deve ser destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- (E) O Presidente da República pode propor modificações nos projetos de lei orçamentária mesmo após a votação ter sido iniciada na Comissão mista, desde que as alterações sejam submetidas ao Plenário das duas Casas do Congresso Nacional.

Questão 27

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) estabelece critérios específicos para o tratamento de dados pessoais por pessoas jurídicas de direito público, visando assegurar a proteção dos dados e a transparência na gestão pública. Considerando essas normas, assinale a alternativa abaixo que descreve corretamente uma condição para o tratamento de dados pessoais por essas entidades.

- (A) A autoridade nacional não tem competência para solicitar informações específicas sobre o tratamento de dados pessoais realizados pelos órgãos e entidades do poder público.
- (B) O uso compartilhado de dados pessoais pelo Poder Público com entidades privadas pode ser feito sem necessidade de consentimento do titular, desde que o compartilhamento seja para qualquer finalidade prevista em contrato.
- (C) A transferência de dados pessoais a entidades privadas pelo Poder Público é permitida para a execução descentralizada de atividade pública, desde que seja exclusivamente para esse fim específico e determinado, observando a Lei de Acesso à Informação.
- (D) O tratamento de dados pessoais pelas pessoas jurídicas de direito público pode ser realizado sem a necessidade de informar as hipóteses de tratamento ou fornecer informações claras e atualizadas sobre a previsão legal e a finalidade.
- (E) Os serviços notariais e de registro exercidos em caráter privado por delegação do Poder Público não precisam seguir as mesmas regras aplicadas às pessoas jurídicas de direito público no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais.

Questão 28

Os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos e militares da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios são organizados com base em normas gerais, visando garantir o equilíbrio financeiro e atuarial. Considerando essas normas, assinale a alternativa abaixo que descreve corretamente uma condição ou regra aplicável aos RPPS.

- (A) Os regimes próprios de previdência social não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, salvo disposição em contrário da Constituição Federal.
- (B) O servidor público titular de cargo efetivo, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da federação, terá sua vinculação ao regime de previdência alterada para o regime do cessionário.
- (C) Os dirigentes da unidade gestora do regime próprio de previdência social devem possuir formação superior, mas não é necessário que tenham experiência ou certificação nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria.
- (D) As contribuições e os recursos vinculados ao Fundo Previdenciário podem ser utilizados para qualquer despesa administrativa, desde que esta não exceda 5% dos gastos totais do regime.
- (E) Os RPPS podem incluir nos benefícios parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, função de confiança ou cargo em comissão, sem qualquer exceção.

Questão 29

O regime de previdência privada no Brasil é regulamentado para atuar de forma complementar ao regime geral de previdência social, e é essencial que os participantes estejam cientes de suas características e regras. Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988, analise as alternativas abaixo e marque a opção correta.

- (A) A União, Estados, Distrito Federal e Municípios podem contribuir para entidades de previdência privada em qualquer circunstância, sem restrições quanto à contribuição normal exceder a do segurado.
- (B) A lei complementar que regula o regime de previdência privada não estabelece regras para a participação dos trabalhadores nas decisões das entidades fechadas de previdência complementar.
- (C) As contribuições realizadas por empregadores a entidades de previdência privada não são integradas ao contrato de trabalho dos participantes e não fazem parte da remuneração, salvo nos casos de benefícios concedidos.
- (D) A lei complementar não exige que os patrocinadores de planos de previdência complementar divulguem informações completas sobre a gestão dos planos aos participantes.
- (E) O regime de previdência privada é obrigatório e seus participantes têm direito a receber integralmente os aportes de recursos realizados por entidades públicas, que devem ser considerados como parte da remuneração dos participantes.

Questão 30

O financiamento da seguridade social no Brasil é um processo complexo que envolve a participação de toda a sociedade de forma direta e indireta, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988. Considerando as bases legais da seguridade social, analise as seguintes alternativas e assinale a correta.

- (A) A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social pode contratar com o Poder Público e receber benefícios ou incentivos fiscais, desde que apresente um plano de regularização da dívida, reforçando a importância do cumprimento das obrigações fiscais.
- (B) As receitas destinadas à seguridade social pelos Estados, Distrito Federal e Municípios devem ser integradas ao orçamento da União, garantindo um controle centralizado e uma distribuição mais equitativa dos recursos arrecadados em nível federal, estadual e municipal.
- (C) A seguridade social no Brasil é financiada exclusivamente pelos empregadores, pela empresa e pela entidade a ela equiparada, sendo esses responsáveis pelas contribuições sobre a folha de salários, receita, faturamento e lucro, sem a participação direta dos trabalhadores ou de outras fontes de recursos.
- (D) As contribuições sociais previstas para o financiamento da seguridade social são imediatamente exigíveis após a publicação da lei que as instituir ou modificar, sendo aplicáveis independentemente do prazo de noventa dias, com exceção das contribuições sobre a receita de concursos de prognósticos.
- (E) A proposta de orçamento da seguridade social deve ser elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, observando as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e assegurando a gestão autônoma dos recursos por cada área.

Questão 31

O Poder Constituinte é fundamental para a estruturação e transformação das normas constitucionais de um Estado. Considerando as características e funções dos diferentes tipos de Poder Constituinte, é correto afirmar que

- (A) o Poder Constituinte Originário é incondicionado, autônomo e ilimitado, conforme a teoria positivista, sendo que suas características incluem a criação de uma nova ordem jurídica sem se submeter a limites legais ou pré-existentes, com a possibilidade de ser restringido por direitos naturais e princípios de retrocesso social.
- (B) o Poder Constituinte Derivado Decorrente é aquele que se limita a revisar a Constituição e propor emendas para modificar seu conteúdo, sem a possibilidade de criar novas normas constitucionais ou alterar substancialmente a ordem jurídica vigente.
- (C) o Poder Constituinte Derivado Reformador é responsável pela criação de uma nova Constituição, substituindo a anterior, e atua por meio de uma Assembleia Constituinte com poderes ilimitados para alterar o texto constitucional de acordo com as necessidades da sociedade.
- (D) o Poder Constituinte Originário é um poder que se submete às normas e restrições impostas por constituições anteriores, não podendo criar uma nova ordem jurídica. Ele é caracterizado por sua autonomia absoluta, sendo capaz de alterar ou extinguir qualquer norma anterior sem restrição alguma.
- (E) o Poder Constituinte Derivado Revisor é responsável pela elaboração da Constituição de um Estado, atuando de maneira a manter o texto constitucional original inalterado, apenas realizando pequenas alterações e correções.

Questão 32

O conceito de seguridade social no Brasil, conforme disposto na legislação vigente, abrange um conjunto integrado de ações promovidas pelos Poderes Públicos e pela sociedade, com o objetivo de assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. A organização da seguridade social deve ser feita pelo Poder Público, com base em objetivos específicos que orientam sua estrutura e funcionamento. Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta sobre os objetivos da seguridade social.

- (A) A seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços significam que os benefícios são distribuídos de maneira uniforme, sem priorização de qualquer grupo específico, assegurando que todos os cidadãos tenham acesso igualitário aos recursos da seguridade social.
- (B) A seguridade social deve assegurar a universalidade da cobertura e do atendimento, garantindo que todas as populações urbanas e rurais recebam uniformemente os mesmos benefícios e serviços, sem qualquer distinção, promovendo assim a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- (C) A organização da seguridade social deve ser feita com base na equidade na forma de participação no custeio, garantindo que a contribuição seja proporcional à capacidade de pagamento de cada indivíduo, e deve assegurar a diversidade da base de financiamento, permitindo que todas as áreas de ação (saúde, previdência e assistência social) tenham receitas e despesas claramente identificadas.
- (D) O Poder Público tem a competência de organizar a seguridade social com base na universalidade da cobertura e do atendimento, uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade na forma de participação no custeio, diversidade da base de financiamento e caráter democrático e descentralizado da administração mediante gestão quadripartite.
- (E) A irredutibilidade do valor dos benefícios estabelece que os valores dos benefícios da seguridade social não podem ser reduzidos, garantindo assim a preservação do poder aquisitivo dos beneficiários, porém essa garantia não se aplica aos benefícios de assistência social, que podem ser ajustados conforme a disponibilidade orçamentária.

Questão 33

Considerando os princípios fundamentais estabelecidos pela Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar que

- (A) a República Federativa do Brasil adota o princípio da igualdade entre os Estados como um dos fundamentos da sua Constituição, destacando a importância da colaboração entre os entes federativos e assegurando que todos os Estados possuem as mesmas atribuições e responsabilidades no exercício do poder.
- (B) os fundamentos da República Federativa do Brasil incluem a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político, refletindo o compromisso do Estado com a construção de uma sociedade baseada em respeito aos direitos humanos, promoção do trabalho e liberdade econômica, e diversidade política.
- (C) o princípio da soberania, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, implica na autonomia completa dos Estados e Municípios em relação ao poder federal, permitindo que cada ente federativo estabeleça suas próprias leis e normas sem qualquer coordenação ou supervisão da União.
- (D) o objetivo fundamental de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, é um princípio estabelecido nas relações internacionais da República Federativa do Brasil e não faz parte dos objetivos fundamentais voltados para a construção interna da sociedade.
- (E) o princípio da cidadania é caracterizado pela garantia de que todos os cidadãos têm direito a participar ativamente do governo e a ter suas opiniões levadas em consideração nas decisões políticas, implica em vivência na sociedade, na mudança de mentalidade, na consciência e reivindicação dos direitos, excluindo-se tão somente o cumprimento dos deveres.

Questão 34

A Câmara dos Deputados possui diversas competências privativas estabelecidas pela Constituição Federal de 1988. Em relação às suas funções específicas, assinale a alternativa que descreve corretamente uma dessas competências.

- (A) Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente da República, o Vice-Presidente da República, Ministros de Estado e Governadores de Estado.
- (B) Proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, assim como a análise das contas de todos os Ministérios.
- (C) Elaborar seu regimento interno e o regimento do Senado Federal, definindo normas de funcionamento de ambas as casas legislativas.
- (D) Dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- (E) Eleger membros do Conselho da República, sendo seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, todos nomeados pelo Presidente da República e pelo Senado Federal.

Questão 35

A Constituição Federal estabelece a estrutura e o funcionamento do Poder Legislativo no Brasil, que é exercido pelo Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Sobre a organização dos poderes, com base no que determina a Constituição Federal de 1988, analise as alternativas a seguir e escolha a correta.

- (A) As deliberações de cada Casa e de suas Comissões são tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros, salvo disposição constitucional em contrário, o que assegura a legitimidade e a representatividade das decisões legislativas.
- (B) A representação de cada Estado e do Distrito Federal no Senado é renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços, garantindo assim uma alternância rápida e frequente no Senado, o que promove a renovação constante das ideias e políticas no legislativo federal.
- (C) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, em cada Estado, Território e no Distrito Federal, com o número de Deputados fixado em 100 por Estado e 10 pelo Distrito Federal, visando assegurar uma representação equilibrada.
- (D) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sendo cada legislatura com duração de oito anos, o que proporciona estabilidade e continuidade no processo legislativo.
- (E) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário, com cada Estado e o Distrito Federal elegendo três Senadores para um mandato de oito anos, sendo que cada Senador terá três suplentes para garantir a continuidade das representações estaduais.

Questão 36

Os Municípios desempenham papel fundamental na administração pública, possuindo competências específicas conforme estabelecido pela Constituição Federal. Essas competências abrangem desde a legislação sobre assuntos de interesse local até a prestação de serviços públicos essenciais. Considerando as competências dos Municípios, aponte a opção correta.

- (A) A manutenção de programas de educação infantil e ensino fundamental pelos Municípios deve ser realizada exclusivamente com recursos próprios, sem a cooperação técnica e financeira da União e do Estado.
- (B) Os Municípios devem organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo o transporte coletivo, que é considerado um serviço essencial.
- (C) Os Municípios têm autonomia para legislar sobre qualquer matéria, independentemente da competência da União e dos Estados, podendo inclusive suprimir legislações estaduais e federais que considerem inadequadas.
- (D) A arrecadação de tributos pelos Municípios é uma prerrogativa exclusiva, sem necessidade de prestação de contas ou publicação de balancetes, visando garantir maior agilidade na gestão fiscal e financeira.
- (E) A criação, organização e supressão de distritos pelos Municípios podem ser realizadas sem observância da legislação estadual, permitindo maior flexibilidade na administração territorial.

Questão 37

A Constituição Federal do Brasil estabelece diversos princípios e normas que a administração pública deve seguir para garantir a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Dentre esses princípios e normas, há especificações sobre o acesso aos cargos públicos, a validade dos concursos, os direitos dos servidores públicos e a contratação temporária. Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta quanto a esses princípios e normas.

- (A) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis exclusivamente aos brasileiros natos, e a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, salvo nomeações para cargos de confiança.
- (B) Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público será convocado com prioridade sobre novos concursados, salvo em situações de emergência que justifiquem novas contratações.
- (C) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto para cargos em comissão, e o prazo de validade do concurso público é de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- (D) As funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de execução, sem envolver direção, chefia ou assessoramento, devendo ser preenchidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- (E) A administração pública deve reservar um percentual dos cargos e empregos públicos para pessoas portadoras de deficiência, definindo os critérios de admissão, e a contratação por tempo determinado pode ser feita para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Questão 38

A legislação brasileira estabelece normas específicas para o cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e para a concessão do benefício de pensão por morte aos seus dependentes. De acordo com o texto legal que regulamenta o cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores públicos e o benefício de pensão por morte, assinale a alternativa correta.

- (A) No cálculo dos proventos de aposentadoria, as remunerações consideradas não podem ser inferiores ao valor do salário mínimo e não podem exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo no momento da concessão.
- (B) O benefício de pensão por morte para os dependentes dos servidores falecidos em atividade é igual à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo na data anterior ao óbito, acrescida de 100% da parcela excedente ao limite máximo do regime geral de previdência social.
- (C) O cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores públicos considera a média aritmética simples das menores remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência, correspondentes a 60% de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994.
- (D) As remunerações utilizadas no cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores públicos são atualizadas ano a ano, de acordo com a variação do índice fixado para a atualização dos benefícios do regime geral de previdência social.
- (E) A contribuição social do servidor público ativo para a manutenção do regime próprio de previdência social é de 15%, incidentes sobre a totalidade da base de contribuição, independentemente da data de ingresso no serviço público.

Questão 39

Considerando as disposições constitucionais sobre o regime jurídico único, planos de carreira e a fixação dos padrões de vencimento para servidores públicos da administração pública, analise as afirmativas abaixo e identifique a correta.

- (A) A fixação do subsídio dos Ministros de Estado e dos Secretários Estaduais e Municipais pode incluir gratificações, adicionais e outras vantagens remuneratórias, desde que sejam devidamente justificadas e aprovadas por lei específica.
- (B) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem estabelecer padrões de vencimento e componentes do sistema remuneratório dos servidores públicos sem considerar a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.
- (C) A remuneração dos servidores públicos, incluindo os detentores de mandato eletivo e membros de Poder, não pode exceder o subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, com limites específicos para Prefeitos, Governadores, Deputados Estaduais e Distritais, Desembargadores e membros do Ministério Público, Procuradores e Defensores Públicos.
- (D) O tempo de serviço e participação em cursos das escolas de governo são facultativos para a promoção na carreira dos servidores públicos, sendo os cursos apenas recomendados e não obrigatórios.
- (E) O regime jurídico único e planos de carreira são instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios apenas para servidores da administração pública direta, excluindo os servidores das autarquias e das fundações públicas.

Questão 40

Os direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal do Brasil são pilares essenciais do Estado Democrático de Direito, assegurando a proteção das liberdades e dignidade dos indivíduos. Baseado no que estabelece a Constituição Federal de 1988, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- (A) a Constituição assegura que a casa de um indivíduo é inviolável, permitindo a entrada de autoridades policiais sem autorização judicial apenas em casos de flagrante delito ou quando há perigo iminente, mas não menciona explicitamente a possibilidade de acesso em caso de desastre.
- (B) o direito à liberdade de locomoção no território nacional é limitado por razões de segurança pública e pode ser restringido sem necessidade de justificativa legal específica, conforme necessidade do governo.
- (C) o direito à liberdade de expressão é restrito pelo princípio da inviolabilidade do direito à honra, e, portanto, pode ser limitado para evitar ofensas pessoais, mas não se aplica à proteção do sigilo da fonte de informação.
- (D) a Constituição garante a todos a possibilidade de exercer qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que estejam de acordo com as qualificações profissionais estabelecidas pela lei, sem exigir regulamentação específica para profissões regulamentadas.
- (E) o direito de resposta, previsto na Constituição, assegura que qualquer pessoa que tenha sua imagem ou honra ofendidas por meios de comunicação pode exigir a publicação de uma retratação, sendo proporcional ao agravo, além da possibilidade de indenização por danos materiais e morais.

LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - RPPS (JOÃO PESSOA - PB)

Questão 41

Assinale a alternativa que representa os órgãos administrativos do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa previsto na Lei Municipal nº 10.684/05.

- (A) I – Diretoria Executiva; II - Superintendência Atuarial; III - Conselho Fiscal; e Conselho Administrativo.
- (B) I - Conselho de Previdência do Município; II - Superintendência Atuarial; III - Junta de Recursos e IV; – Conselho Contábil.
- (C) I – Presidência; II - Superintendência Atuarial; III - Junta de Recursos; e IV – Conselho Contábil.
- (D) I - Conselho de Previdência do Município; II - Conselho Fiscal; III - Junta de Recursos; e IV - Superintendência.
- (E) I – Presidência; II - Superintendência Atuarial; III - Junta de Recursos; e Conselho Deliberativo.

Questão 42

Em se tratando da execução orçamentária, com base na Lei Orgânica do Município de João Pessoa, assinale a alternativa correta.

- (A) O Prefeito Municipal fará publicar, até 90 (noventa) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- (B) O remanejamento, a transferência e a transposição se realizarão independentemente de autorização em lei específica, mas acompanhada da justificativa.
- (C) Cada parlamentar poderá apresentar, anualmente, até 30 (trinta) emendas individuais de execução orçamentária e financeira obrigatória, durante a legislatura.
- (D) É facultativa, a partir do exercício de 2021, a execução orçamentária, fiscal e financeira da programação incluída por emendas individuais do Legislativo Municipal em Lei Orçamentária Anual.
- (E) A execução do orçamento do Município se refletirá na obtenção das suas receitas próprias, transferidas e outras, bem como na utilização das dotações consignadas às despesas para a execução dos programas nele determinados, observado sempre o princípio do equilíbrio.

Questão 43

A respeito das emendas aos projetos orçamentários, à luz do que nos leciona a Lei Orgânica do Município de João Pessoa, assinale a alternativa correta.

- (A) As emendas serão apresentadas ao procurador jurídico institucional, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma do Regimento Interno, pelo Plenário da Câmara Municipal.
- (B) Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais com prévia e específica autorização legislativa.
- (C) Os projetos de Lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias ao orçamento anual e aos créditos adicionais suplementares e especiais serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma do Regimento Interno.
- (D) Caberá ao Procurador Jurídico Municipal examinar e emitir parecer sobre os projetos de planos plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual e sobre as contas do Município apresentadas pelo Prefeito.
- (E) As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias poderão ser aprovadas mesmo quando incompatíveis com o plano plurianual.

Questão 44

Acerca do plano de custeio proposto na avaliação atuarial, assinale a alternativa correta.

- (A) O plano de custeio proposto na avaliação atuarial deverá ser objeto de demonstração em que se evidencie que possui viabilidade político-social, com disponibilidade orçamentária, financeira e fiscal do ente federativo para execução dos projetos de saúde.
- (B) Para observância do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, a avaliação atuarial deve se ater ao plano de custeio necessário para a cobertura do custo normal do plano de benefícios, sendo os custos suplementares tratados no relatório de hipóteses.
- (C) Em caso de segregação da massa, a contribuição a cargo do ente não poderá ser diferenciada por Fundo em Repartição ou Fundo em Capitalização, devendo sempre ser respeitada a isonomia.
- (D) Para observância do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, a avaliação atuarial deve indicar o plano de custeio necessário para a cobertura do custo normal e do custo suplementar do plano de benefícios.
- (E) O Comitê de Investimentos RPPS deverá apreciar as propostas de alteração do plano de custeio com base no parecer técnico do Conselho de Administração, enquanto mero órgão consultivo.

Questão 45

No que tange às hipóteses atuariais, cuja previsão se encontra na Portaria MPT nº 1.467/22, e à utilização de tábuas biométricas para a projeção da longevidade e da entrada em invalidez, assinale a alternativa correta.

- (A) Na utilização de tábuas biométricas para a taxa de sobrevivência de válidos e inválidos, o limite mínimo será averiguado com a comparação das probabilidades de entrada em invalidez de segurados em atividade indicadas por essa tábua mínima com aquelas geradas pela tábua utilizada na avaliação atuarial, com base no somatório de ix , de idade a idade, desde a idade média do grupo de segurados até a idade prevista na regra constitucional para aposentadoria voluntária do servidor do gênero feminino.
- (B) Na utilização de tábuas biométricas para a taxa de sobrevivência de válidos e inválidos, o limite mínimo será averiguado com a comparação das probabilidades de entrada em invalidez de segurados em atividade indicadas por essa tábua mínima com aquelas geradas pela tábua utilizada na avaliação atuarial, com base no somatório de ix , de idade a idade, desde a idade média do grupo de segurados até a idade prevista na regra constitucional para aposentadoria voluntária do servidor do gênero masculino.
- (C) Na utilização de tábuas biométricas para a taxa de entrada em invalidez, o limite mínimo será dado pela tábua Álvaro Vindas.
- (D) Na utilização de tábuas biométricas para a taxa de entrada em invalidez, o limite mínimo será dado pela tábua mensal de mortalidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, segregada obrigatoriamente por sexo, divulgada pela SPREV.
- (E) Na utilização de tábuas biométricas para a taxa de entrada em invalidez, o limite mínimo será averiguado por meio da comparação entre a Expectativa de Vida - Ex estimada por essa tábua com aquela gerada pelas tábuas utilizadas na avaliação atuarial, com base na idade média geral da massa de segurados do RPPS.

Questão 46

Assinale a alternativa correta no que tange à composição do Conselho Fiscal prevista na Lei nº 10.684/05.

- (A) A composição do Conselho Fiscal será constituída por indicação das seguintes representações: I – três membros indicados pelo Prefeito dentre os servidores ativos e inativos; e II - dois membros dentre os segurados em atividade e aposentados ou pensionistas da Prefeitura Municipal de João Pessoa, escolhidos por voto secreto e direto pelos servidores efetivos municipais, através do competente processo eleitoral aprovado pelo Conselho de Previdência do Município.
- (B) O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, os quais terão mandatos de 2 (dois) anos, permitida a recondução ou a reeleição por tão somente igual período.
- (C) O Conselho Fiscal será composto de 7 (sete) membros nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, os quais terão mandatos de 3 (três) anos, permitida a recondução ou a reeleição por tão somente igual período.
- (D) A composição do Conselho Fiscal será constituída por indicação das seguintes representações: I – dois membros indicados pelo Prefeito dentre os servidores ativos e inativos; e II - cinco membros dentre os segurados em atividade e aposentados ou pensionistas da Prefeitura Municipal de João Pessoa, escolhidos por voto secreto e direto pelos servidores efetivos municipais, através do competente processo eleitoral aprovado pelo Conselho de Previdência do Município.
- (E) O Conselho Fiscal será composto de 5 (cinco) membros nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, os quais terão mandatos de 2 (dois) anos, permitida a recondução ou a reeleição por tão somente igual período.

Questão 47

A portaria MPT nº 1.467/22 prevê uma série de medidas para equacionamento de déficit atuarial, entre elas, o equacionamento por plano de amortização. Assinale a alternativa correta no que tange a tal medida.

- (A) Para assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, o plano de amortização estabelecido em lei do ente federativo deverá, adicionalmente aos parâmetros previstos na portaria MPT nº 1.467/22 relativos ao plano de custeio do regime, entre outras medidas, garantir a solvência e liquidez do plano de benefícios, mantendo nível de arrecadação de contribuições e acumulação de reservas compatível com o regime financeiro adotado, bem como com as obrigações futuras, a serem demonstrados por meio dos fluxos atuariais.
- (B) Para assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, o plano de amortização estabelecido em lei do ente federativo deverá, adicionalmente aos parâmetros previstos na portaria MPT nº 1.467/22 relativos ao plano de custeio do regime, entre outras medidas, observar que o montante de contribuição anual, na forma de alíquotas suplementares ou aportes mensais, seja inferior ao montante anual de juros do saldo do déficit atuarial do exercício.
- (C) O RPPS poderá prever, em plano de amortização, o diferimento para início da exigibilidade das contribuições, visando assegurar seu equilíbrio financeiro e atuarial e garantindo a solvência e liquidez do plano de benefícios, mantendo nível de arrecadação de contribuições.
- (D) A implantação de plano de amortização não necessita da sanção de lei específica, podendo ser objeto de Portaria Regulamentar expedida pelo Diretor Executivo do órgão gestor do RPPS.
- (E) O ente federativo deverá optar por uma das espécies de planos de amortização, devendo constar do Relatório da Avaliação Atuarial, sendo que a modificação da modelagem adotada deve ser objeto de Lei Ordinária específica, o que, ante a aprovação prévia pelo Órgão Deliberativo, dispensa a demonstração dos seus impactos para o nível de solvência e liquidez do plano de benefícios.

Questão 48

No que tange ao equacionamento de déficit atuarial, assinale a alternativa correta, conforme previsão da Portaria MPF nº 1.467/22.

- (A) Em caso de déficit atuarial, poderão ser mantidas as alíquotas normais, relativas à cobertura do custo normal, mesmo sendo superiores ao custo identificado pelo método de financiamento utilizado, para fins de amortização do déficit.
- (B) A proposta do plano de equacionamento do déficit deverá ser objeto de parecer técnico emitido pelo conselho deliberativo e disponibilizado pela unidade gestora do RPPS aos beneficiários do regime.
- (C) No caso de a avaliação atuarial apurar déficit atuarial, fica vedada a segregação de massa da entidade, até que reestabelecido o equacionamento.
- (D) Em caso de déficit atuarial, poderão ser mantidas as alíquotas normais, relativas à cobertura do custo normal, salvo se superiores ao custo identificado pelo método de financiamento utilizado, para fins de amortização do déficit.
- (E) O plano de equacionamento do déficit somente será considerado implementado a partir do seu estabelecimento em Ato Normativo expedido pelo Conselho Fiscal e sanção por parte do Diretor Executivo da autarquia.

Questão 49

Poderá ser implementada a segregação da massa dos beneficiários do RPPS, divididos entre o Fundo em Repartição e o Fundo em Capitalização, para o equacionamento do déficit do regime, observado, entre outros, o seguinte parâmetro:

- (A) o Fundo em Repartição será constituído por um grupo fechado em extinção, sendo permitido o ingresso de novos segurados que cumpram os mesmos requisitos inicialmente propostos quanto da segregação.
- (B) o Fundo em Capitalização será constituído por um grupo aberto em extinção, sendo permitido o ingresso de novos segurados, os quais deverão ser alocados no Fundo em segregação.
- (C) atendimento aos princípios da eficiência e economicidade na alocação dos recursos financeiros do regime e na composição das submassas.
- (D) seja estabelecida data futura e certa, não superior a 180 (cento e oitenta) dias, para a composição da submassa do Fundo em Capitalização, à exceção, no que se refere ao parâmetro relativo ao ingresso de segurados no ente federativo.
- (E) atendimento aos princípios da eficiência e economicidade na alocação dos recursos financeiros do regime e na composição de fundo de financiamento gradual, vedado o ingresso de novos segurados.

Questão 50

A avaliação atuarial deverá contemplar as perspectivas de alteração futura no perfil e na composição da massa de segurados, cujos critérios deverão ser demonstrados no Relatório da Avaliação Atuarial. Assim sendo, a alteração do perfil da massa por reposição de segurados deverá observar uma série de requisitos e parâmetros. Nesse contexto, assinale a alternativa que contempla corretamente o parâmetro relativo ao período de reposição e sua projeção no fluxo de receitas e despesas previdenciárias.

- (A) Consideração de período de reposição de 50 (cinquenta) anos futuros, projetando-se o fluxo de receitas e despesas previdenciárias correspondentes até o falecimento de todo o grupo de reposição.
- (B) Consideração de período de reposição de 75 (setenta e cinco) anos futuros, projetando-se o fluxo de receitas e despesas previdenciárias correspondentes até o falecimento de todo o grupo de reposição.
- (C) Consideração de período de reposição de 70 (setenta) anos futuros, projetando-se o fluxo de receitas e despesas previdenciárias correspondentes até o falecimento de todo o grupo de reposição.
- (D) Consideração de período de reposição de 80 (oitenta) anos futuros, projetando-se o fluxo de receitas e despesas previdenciárias correspondentes até o falecimento de todo o grupo de reposição.
- (E) Consideração de período de reposição de 65 (sessenta e cinco) anos futuros, projetando-se o fluxo de receitas e despesas previdenciárias correspondentes até o falecimento de todo o grupo de reposição.